

Narrativas sobre o Palácio Itamaraty a partir do jornal *Correio Braziliense* (1960-1970)¹

Narratives about the Itamaraty Palace from the newspaper *Correio Braziliense* (1960-1970)

<https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e29>

KAREN AKEMI MATSUDA²

<https://orcid.org/0000-0002-2623-6674>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este artigo consiste no estudo de reportagens do jornal *Correio Braziliense* sobre o Palácio Itamaraty entre os anos 1960 e 1970. A análise visa compreender a construção das ideias em torno deste edifício a partir de sua concepção arquitetônica até a sua inauguração. Além de apresentar parte do mapeamento dos fatos sobre o projeto do palácio, o propósito deste trabalho é analisar a elaboração de narrativas relacionadas com a ideia de beleza, a sua nomenclatura, a importância da transferência de sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e a configuração espacial interna, fatores estes que colaboraram para a criação e consolidação de uma memória e um discurso coletivos que persistem atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Palácio Itamaraty. *Correio Braziliense*. Imprensa. Brasília, DF. Arquitetura.

ABSTRACT: This paper consists of the study of *Correio Braziliense* reports about Itamaraty Palace during the period between 1960 and 1970. The analysis aims to understand the construction of ideas around this palace from its architectural conception to its effective use. Besides presenting part of the mapping of the facts about the palace project, the purpose of this article is to analyze the elaboration of narratives related to the idea of beauty, the palace nomenclature, the

1. O artigo é decorrente da dissertação de mestrado intitulada *Um palácio em formação: estudos sobre o desenvolvimento do projeto do Palácio Itamaraty entre 1959 e 1970* e defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). A pesquisa recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foi orientada pela Profa. Dra. Tatiana Sakurai, a quem agradeço pelas inestimáveis contribuições.

2. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Design pela FAUUSP, mestra em Projeto de Arquitetura pela mesma instituição e bacharela em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. E-mail: karenamatsuda@gmail.com

importance of the transfer of headquarters of the Ministry of Foreign Relations to Brasília and the internal configuration of the palace. Creating a memory and discourse that persist today.

KEYWORDS: Itamaraty Palace. *Correio Braziliense*. Press. Brasília, DF. Architecture.

INTRODUÇÃO

3. Castro (2009, p. 540).

4. Bruand (1999, p. 197).

O Palácio Itamaraty, edifício representativo do Ministério das Relações Exteriores do governo brasileiro, tem como primeira função ser o local onde ocorrem as recepções diplomáticas dos representantes políticos de outros países. É, portanto, um edifício com fins políticos. O percurso por suas salas é a chave de compreensão do programa arquitetônico e da narrativa visual de uma identidade brasileira em discussão na época. A transferência de sede do Rio de Janeiro para Brasília desejava criar uma imagem moderna e atenta às novas demandas da diplomacia e do desenvolvimento do país:

A mudança do Itamaraty para Brasília propiciou a adoção de uma série de medidas destinadas à modernização da sua estrutura operativa. A época foi de entusiasmo pioneiro, alimentado pela convicção de que se vivia um momento histórico e que se oferecia uma oportunidade única para uma reorganização geral da Secretaria de Estado. Já no apagar das luzes do ano de 1969 havia sido baixada a Portaria nº 283, de 26 de dezembro, que determinara a adaptação do sistema de movimentação do pessoal diplomático e administrativo às condições especiais impostas pela transferência da Secretaria de Estado para Brasília.³

De modo geral, o Palácio Itamaraty é apresentado nos estudos sobre a obra de Oscar Niemeyer como um de seus mais belos projetos. Yves Bruand, em *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, aponta as singularidades deste edifício. A iniciar pelo desenho, que juntamente com o Ministério da Justiça, difere de um ministério-tipo devido ao seu programa arquitetônico:

originalmente, o plano de Lúcio Costa previa que todos os ministérios seriam idênticos; ora, os responsáveis pela diplomacia brasileira não aceitaram o edifício padrão proposto e observaram, com razão, que eles não podiam contentar-se com o bloco destinado aos serviços administrativos.⁴

Gilbert Luigi, em *Oscar Niemeyer une esthétique de la fluidité*, aponta para a horizontalidade de um dos palácios mais prestigiados, bem como para a repetição das arcadas clássicas. Em *Oscar Niemeyer and the Architecture of Brazil*, David Underwood compara o mais clássico de todos os palácios de Brasília com a arquitetura romana e a de Chandigarh, projetada por Le Corbusier, pela presença do concreto bruto ocre. Styliane Philippou descreve o palácio como calmo e elegante em *Oscar Niemeyer: Curves of irreverence*.

5. *Ibid.*, p. 197.

6. *Ibid.*, p. 199.

7. Rossetti (2009).

É a primeira obra em que o arquiteto utiliza o concreto aparente com pigmentação ocre que “aparece em toda a sua nudez e adquire bruscamente, nas mãos de Niemeyer, uma nobreza e delicadeza sem igual, adaptando-se maravilhosamente ao programa”.⁵ Apesar da rusticidade inerente ao concreto aparente, os desenhos dos perfis das colunas e da carpintaria das formas contribuem para a imagem reivindicada pelo Ministério das Relações Exteriores. A expressão plástica do material deve-se à modelagem de finas estrias horizontais, sem emendas. Niemeyer criou “espaços meio-abertos, meio-fechados, que garantem uma continuidade exterior-interior ainda mais acentuada do que nos palácios anteriores”.⁶

Desde seu doutorado, Eduardo Rossetti reflete sobre o Palácio Itamaraty, analisando-o em perspectiva com o SESC Pompéia, de Lina Bo Bardi, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, de Vilanova Artigas, e o Pavilhão brasileiro na XIII Trienal de Milão, de Lúcio Costa. Em *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)*, apresenta diversas fontes que podem ser utilizadas para a compreensão do projeto, tais como croquis, fotografias, discursos, jornais, entrevistas, relatos orais e ofícios. Para Rossetti, a “varanda é um recinto de estar e um espaço para a convivência, incorporado ao sentido de habitar no Brasil de modo tão ancestral”.⁷ É a partir deste lugar oriundo de nosso passado colonial que ocorre a visualização da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, ou seja, pode-se ver a materialização da modernidade do Brasil.

A publicação *Palácio Itamaraty: A arquitetura da diplomacia*, integrante da Coleção Memória, da Caixa Econômica Federal, contém textos de Eduardo Rossetti e Graça Ramos, além de fotografias de Graça Seligman. Eduardo Rossetti descreve a transferência de sede, apresenta o caráter simbólico deste edifício, defende a autoria do projeto como de Oscar Niemeyer e aponta, dentre outros itens, a importância da antiga sede da chancelaria no Rio de Janeiro e da arquitetura clássica para o desenvolvimento do projeto. Também enfatiza a integração entre as obras. Por sua vez, Graça Ramos apresenta a importância do Embaixador Wladimir Murтинho para a construção do palácio e conta sobre a aquisição de algumas obras de arte. Também reflete como as obras são representativas do ideal do Brasil moderno a partir da formação da coleção deste, que considera um palácio-museu.

Os estudos de Marco do Valle apontam que os recursos formais – entre o clássico e o moderno – mobilizados por Niemeyer no Palácio, assim como no Palácio da Justiça e na sede da Mondadori, estão isolados no processo projetual do arquiteto. Além das obras de arte, o ambiente interno foi constituído por um acervo de mobiliário antigo e moderno, cujas características nacionais, funcionalidade e ergonomia foram consideradas na escolha e no projeto do

mobiliário. Maria Cecilia Loschiavo dos Santos escreve sobre a importância do móvel moderno no ambiente dos palácios:

8. Santos (2015, p. 87).

9. Niemeyer (1998, p. 273).

Durante a construção de Brasília, Oscar Niemeyer convidou vários arquitetos e designers a projetarem móveis para os palácios dos Arcos, da Alvorada e do Planalto. A ocupação, o equipamento e a ambientação de interiores dos elegantes edifícios de Brasília, com sua diversidade de uso administrativo, foi também aspecto essencial no projeto de Niemeyer. O mobiliário e os arranjos internos deveriam condizer com a pujança daquela revolução arquitetônica, que certamente não era apenas externa. Era necessário o acolhimento apropriado para os funcionários, chefes de Estado e dignitários que visitavam e trabalhavam na capital federal. Dentre os designers que contribuíram para o design do mobiliário de Brasília, destacam-se: Joaquim Tenreiro, Sergio Rodrigues, Sérgio Bernardes (1919-2002), Karl Heinz Bergmiller, Jorge Zalszupin (1922-), Jorge Hue e Bernardo Figueiredo.⁸

Para o próprio arquiteto, o projeto está isolado de sua produção, em suas palavras: “somente no Ministério do Exterior agi diferente, desejoso de demonstrar como é fácil agradar a todos com uma solução correta, generosa, mas corriqueira, dispensando maior compreensão e sensibilidade”.⁹

Assim, o Palácio Itamaraty é visto como um projeto ímpar na produção de Oscar Niemeyer, pois o seu desenho simétrico e com colunatas dialoga formalmente com a arquitetura clássica. Esse formato é resultado da referência do Palácio Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro, sede do Ministério das Relações Exteriores até 1970 e da agência do corpo diplomático do período.

JORNAL COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

O jornal como meio de circulação das ideias data do século XV. No entanto, sua utilização pelos historiadores como documento histórico é bem posterior. No século XIX, com o positivismo, a História era pensada como “mestra da vida”, o que produziu narrativas heroicas que valorizavam os grandes personagens. O campo de análise foi, sobretudo, o da política e da história nacional.

Com a Escola dos *Annales*, na França, e as grandes guerras, os conceitos de ciência e de verdade começaram a ser revistos. A produção da pesquisa sobre o passado aproximou-se das Ciências Sociais. Lucien Febvre refletiu sobre as mentalidades com a ideia de longa duração, isto é, deslocou o olhar do fato para as estruturas. Marc Bloch, em *Apologia da história ou O ofício de historiador*, levantou

10. Camargo (1969).

11. Capelato (2015, p. 115).

a importância das perguntas feitas às fontes, o que já sugere que toda produção historiográfica dialoga com questões contemporâneas ao seu fazer. Na década de 1930, o uso das fontes estava em debate, tal como as questões feitas a elas.

Só nos anos 1970, com a História Nova, que fontes diversas das ditas oficiais começam a ser pensadas criticamente para compor o corpo documental do historiador, como o relato oral, fotografias, cultura material e periódicos. As ênfases dos estudos concentraram-se na cultura, no cotidiano e nos excluídos. Em apresentação no simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), em 1969, Ana Maria de Almeida Camargo problematiza o uso dos periódicos como fonte:

O jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas.¹⁰

O jornal passou a ser utilizado para reflexão sobre os dilemas políticos e sociais de um determinado período. Pode ser utilizado também no estudo sobre o cotidiano de uma sociedade. O motivo de ser considerado como material suspeito deve-se à presença de objetivos e discursos na construção de ideias conforme o corpo editorial do periódico, isto é, por não ser um documento neutro, como imaginavam os historiadores do século XIX sobre as fontes primárias. Hoje, o uso de periódicos enriquece o debate historiográfico. Não mais pensamos as fontes, e muito menos os historiadores, como neutros em suas reflexões.

Um exemplo é a dissertação de mestrado, *O pensamento liberal de 'O Estado de S. Paulo' (1927-1932)*, de Maria Helena Rolim Capelato, na qual analisa tanto as reportagens quanto a construção ideológica concebida por este jornal, colocando-o como ator da vida política brasileira. Durante sua trajetória intelectual, Capelato refletiu sistematicamente sobre imprensa e ideologia. Em "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador", apresenta uma revisão bibliográfica e metodológica sobre o tema. Em outras palavras, Capelato aponta:

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores.¹¹

Os jornais têm como objetivo a divulgação de informações, mas há também espaços para a reflexão de assuntos cotidianos e de interesse público. Certamente, nenhum tema apresentado é livre de construção ideológica, e os interesses políticos e do corpo editorial podem ditar a seleção das matérias e a escrita do texto, de modo que

12. *Ibid.*, p. 122.

13. *Ibid.*, p. 130-134.

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública”.¹²

Assim, nos estudos sobre arquitetura e urbanismo, o jornal, quando utilizado como fonte primária, pode auxiliar na compreensão de questões do debate público referentes à construção da materialidade da cidade. Pode, sobretudo, ser utilizado na reflexão sobre a relação entre a sociedade e a construção de memórias a partir da arquitetura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente texto tem como base metodológica a perspectiva elaborada por Maria Helena Rolim Capelato.¹³ Para analisar as fontes, foram levantadas as seguintes questões internas em relação ao jornal: quem eram os proprietários, a quem se dirigia, objetivos e recursos. Para compreender o contexto de circulação, levantou-se: a data do início de circulação do periódico, proprietários e fundadores, público-alvo, objetivos, dimensão da circulação, compromissos político-partidários, financiamento e anúncios publicitários.

No recorte temporal deste artigo, o periódico auxiliou a formular uma narrativa cronológica dos fatos, desde a concepção do projeto ao uso nos anos iniciais do Palácio Itamaraty. Os episódios, os nomes de envolvidos no projeto, dilemas, agentes políticos, questões econômicas e relações sociais foram levantadas. Deste modo, a pesquisa no jornal levantou fatos que ampliaram a busca de outras documentações e agentes do projeto. O jornal foi utilizado como fonte primária, já que é um difusor de ideias e um agente importante na construção de uma memória sobre o palácio. Evidentemente, a narrativa do jornal não foi vista

14. Porém, a comparação entre o discurso dos jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, além da *Revista Manchete* permitiria uma compreensão alargada acerca do debate político e público sobre a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, bem como a análise das narrativas construídas, se eram dispares ou semelhantes.

15. Martins e Luca (2013, p. 7).

como verdade ou como a sucessão fidedigna dos fatos que ocorreram neste passado, mas sim como uma construção com interesses políticos e econômicos que apresentou também lacunas e seleções.

A pesquisa foi realizada no banco de dados on-line da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Como o jornal *Correio Braziliense* acompanhou a construção e consolidação de Brasília, optou-se por levantar os dados apenas neste periódico.¹⁴ O levantamento no jornal abarcou o período de 1960 até 1975, pois assim foi possível perceber como a narrativa ocorreu antes, durante e depois da construção. Por conta da variedade de nomes, pesquisou-se por Palácio Itamarati, Palácio Itamaraty e Palácio dos Arcos nos periódicos. Há 762 ocorrências para “Palácio Itamarati”, 218 para “Palácio Itamaraty” e 241 para “Palácio dos Arcos”, sendo que, nesta pesquisa, o recorte temporal do uso de “Itamarati” ocorre de 1960 até 1975, “Itamaraty”, de 1963 a 1975 e “Palácio dos Arcos”, de 1965 a 1975.

Depois da seleção do corpo documental, com 1221 referências, as notícias e notas foram classificadas em temas, tais como: arquitetura, arte, belo, construção, embaixadas, eventos, gastos, inauguração, interiores, importância, nomenclatura, moradia, Oscar Niemeyer, transferência, turismo e Wladimir Murinho. Assim, foi possível melhor analisar e comparar como e o que foi escrito sobre cada assunto durante o período estudado. Posteriormente, foram selecionados os seguintes pontos para apresentar neste artigo: beleza, nomenclatura do palácio, transferência de sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e configuração interna do palácio.

O PALÁCIO ITAMARATY NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE (1960-1970)

Correio Braziliense é o nome do jornal fundado por Hipólito da Costa, em Londres. Sua publicação ocorreu de 1808 a 1822, com notícias sobre o Brasil e é tido como o primeiro periódico brasileiro.¹⁵ A partir da referência ao jornal de Hipólito da Costa, Assis Chateaubriand nomeia o primeiro periódico da nova capital como *Correio Braziliense*, fundando-o em 21 de abril de 1960, a mesma data da inauguração de Brasília. Assis Chateaubriand iniciou seu império no setor das Comunicações nos anos 1920 e foi o dono de jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão. O seu conglomerado mais famoso foi o Diários Associados. Nesse sentido, Assis Chateaubriand dominou os veículos de comunicação, o que resultou em sua influência política e na formação de opinião. Em Brasília, o *Correio Braziliense* defendeu constantemente a nova capital. Flávia Biroli conta que:

O presidente Juscelino Kubitschek obteve do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, cético ante a magnitude do empreendimento, a promessa de que se a obra fosse levada a termo no tempo previsto teria a acompanhá-la, registrando-lhe o nascimento, um jornal de sua cadeia.¹⁶

16. Birolli (2018).

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*

19. Morelli (2002, p. 52).

A capital de fato foi construída, mas sofreu durante dez anos inquietações em relação à transferência efetiva da antiga capital, no Rio de Janeiro, para Brasília. O *Correio Braziliense* foi o responsável por noticiar os acontecimentos da nascente capital com matérias sobre a sua construção, as habitações, o projeto urbano e o uso cotidiano pelos moradores. Segundo Flávia Birolli, “a tiragem do *Correio Braziliense*, que em 1963 era de 1.500 exemplares, atingiu 24.500 exemplares em 1969”,¹⁷ o que demonstra a alta circulação do jornal. O público-alvo era o morador de Brasília, sobretudo, os funcionários públicos. As matérias enfatizavam a política e a nova capital. Foi um jornal de circulação local, no entanto, hoje está entre os 20 jornais mais lidos do Brasil.¹⁸

Até 1976, Ari Cunha era o chefe de redação. Os textos foram escritos por jornalistas da casa e colaboradores. A estrutura editorial era composta por doze páginas e dois cadernos. Conforme escreve Ana Morelli:

No primeiro caderno eram publicadas: na página 2 notícias internacionais e os últimos fatos e a continuação de matérias publicadas na capa; a página 3 era dedicada basicamente à política, assuntos do Congresso, Judiciário e Executivo; o editorial, os artigos assinados e a continuação de algumas matérias publicadas na capa eram distribuídas na página 4; na página 5 notícias policiais, estaduais e locais; na página 6 anúncios; na 7 editais, avisos e balanços e na página 8 matérias de repercussão ou de interesse da cidade.

No Caderno 2, as colunas de Ari Cunha, “Visto, Lido e Ouvido”; “Sociais de Brasília” com a colunista Katucha; “Ensino dia a dia”, e “Esquinas de Brasília” com Yvonne Jean; notícias sobre Taguatinga, Anápolis e Goiânia (onde, inclusive, o jornal manteve sucursais durante a década de 60); a “Agenda CB” com informes sobre cinema e eventos da cidade (entre estes aniversários da nascente elite brasiliense); “Correio Informativo” com informações sobre o tempo, horário de aviões, ônibus e funcionamento de farmácias e bibliotecas; além dos classificados; e a última página do Caderno 2 era dedicada ao esporte nacional e o local.¹⁹

As matérias sobre o Palácio Itamaraty estão presentes nos dois cadernos. O palácio foi tema de reportagens de capa e editoriais, mas também de notas sobre o andamento da construção. Também marcou presença na coluna Esquinas de Brasília, de Yvonne Jean, nos textos do jornalista Manuel Mendes – que acompanhou os assuntos ligados à diplomacia – e na coluna Correio Diplomático. Katucha assinava a coluna social, dando destaque ao belíssimo palácio, como ela gostava de se referir

20. A então nova coluna de Hugo Auler justifica o aumento de matérias ligadas às obras de arte e aos artistas presentes no palácio Itamaraty depois de 1967.

21. Motta (2013, p. 63).

ao edifício, e às personalidades que circulavam por lá. Em 1967, o Caderno 2 ganhou uma coluna para artes plásticas, a *Atelier*, assinada por Hugo Auler,²⁰ e com frequência seus textos citavam os artistas que tinham suas obras exibidas no palácio, de modo que o termo “Palácio Itamaraty” aparece em diversos momentos no jornal. São frequentes os comentários elogiosos à beleza da nova sede do Ministério das Relações Exteriores. Nas matérias sobre a construção do palácio, ele é retratado como uma edificação que teria a capacidade de consolidar Brasília como a capital federal do país, pois a transferência do Rio de Janeiro para a nova cidade levaria à construção das embaixadas dos países com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas, o que implicaria no aumento populacional e no crescimento econômico da região. Assim, a transferência do Ministério das Relações Exteriores levaria ao término da transferência política, pela consolidação da nova capital.

O periódico narrou alguns fatos desde 1960, quando apenas tapumes delimitavam a área do futuro Palácio Itamaraty, apresentando profissionais que trabalharam na construção, o desenvolvimento do projeto – da construção das cintas estruturais até a colocação das obras de artes –, e os embates políticos e econômicos acerca da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores. Também apresentou a discussão sobre como se deveria chamar o novo palácio de Brasília. Politicamente, o jornal apoiou o golpe militar – ou a Revolução de 64, como era nomeado pelo periódico. Cabe salientar que, como aponta Rodrigo Patto: “as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade”.²¹

Desse modo, a narrativa veiculada pelo jornal *Correio Braziliense* aponta a importância do Palácio Itamaraty para a nova capital, tanto pela sua beleza quanto pela criação de uma identidade brasiliense ligada à tradição brasileira. Tais narrativas defendem a construção de Brasília, e a beleza é mobilizada como fator que justifica o investimento para a nova capital. Já a identidade brasileira é narrada sem a ideia de rupturas, mas sim, como a continuidade de um processo histórico referentes à construção.

O MAIS BELO PALÁCIO DE BRASÍLIA

Como foi exposto anteriormente, a ideia de beleza é associada ao palácio. O *Correio Braziliense* também difundiu a todo momento, por meio da reprodução de comentários de pessoas que passavam por lá, ou das palavras

dos próprios jornalistas e colunistas, que o Palácio Itamaraty era o mais belo e mais moderno edifício de Brasília.

Mesmo antes do início da construção, em 1963, o edifício já era considerado “um dos prédios mais belos de Brasília”,²² quando pouco do projeto existia. Os interiores palacianos também foram exaltados pelo jornalista Manuel Mendes, em 1967: “os senhores Embaixadores e chefes de missão que irão tomar uma taça de champanha, hoje, nos magníficos salões do palácio do Itamarati, não estarão apenas visitando mais um palácio de muitos que nossa cidade já possui”.²³ Os elogios sempre estavam presentes nas matérias sobre o palácio, como: “É um marco na engenharia civil brasileira, pelos arcos dos vãos, pela beleza da forma e pelo alto padrão técnico empregado em sua execução”.²⁴ Muitas vezes, o apresentavam como a mais perfeita construção ou “O mais fabuloso palácio moderno do mundo”.²⁵ Quando, por fim, os interiores começam a ser narrados nos veículos de comunicação, Duílio de Almeida escreve que:

Você se afasta e sente uma vontade imensa de voltar, para poder novamente se encontrar com a História do Brasil no que diz respeito às suas fases de evolução, onde a presença de cada século, é marcada com uma peça artística de inestimável valor. Você volta com a certeza de ter visitado um dos mais belos palácios do mundo.²⁶

Não só do mundo, mas também do próprio arquiteto responsável pelo desenho do palácio, como apresenta Carvalho: “É considerado a mais bela obra de Oscar Niemeyer, é de uma beleza incomparável”.²⁷

Depois de 1970, com a inauguração do palácio, além de reportagens específicas sobre o projeto, era comum a presença de anúncios publicitários vinculados à obra. Dentre os vários, há os de empresas ligadas à construção do edifício, como da Construtora Pederneiras, responsável pela obra, dos Irmãos Grávia, pelas esquadrias, e do fornecedor do gesso e ar-condicionado do palácio. Os anunciantes também exaltavam a beleza da obra.

A narrativa sobre a beleza foi sistematicamente associada ao palácio, desde o início do projeto de arquitetura até o uso efetivo pelos funcionários do Ministério das Relações Exteriores. A descrição do deslumbre e do encantamento que o palácio produzia era um modo de exaltar a importância do Palácio Itamaraty para Brasília, como para o país.

Os textos publicados pelo jornal *Correio Braziliense* são unânimes em colocar o palácio na categoria do ‘mais bonito do mundo’. A finalidade desse recurso é exaltar a importância do palácio, a partir de sua beleza, algo sensorial.

22. Iniciado... (1963, p. 8).

23. Mendes (1967, p. 4).

24. Vasconcelos (1967, p. 9).

25. Almeida (1967, p. 9).

26. *Id.*, 1969, p. 13.

27. Carvalho (1969, p. 2).

28. *Id.*, 1960, p. 1.

29. Mendes (1966, p. 9).

30. Jean (1966, p. 2).

31. Katucha (1966, p. 9).

32. Jean (1970, p. 2).

Mais do que a discussão se o palácio é, de fato, belo, a construção da narrativa do jornal aponta para o uso de um qualificador – beleza – associado à noção de algo benéfico para a cidade. Em outras palavras, parte de um conceito socialmente visto como positivo para justificar, perante a população, a demanda de tantos esforços financeiros e políticos para a construção de um edifício. Nesse mesmo sentido, a ideia de um palácio grandioso e de uma população capaz de produzir tal obra apontam para a ideia de um “Brasil grande”, propaganda utilizada pelo regime militar.

PALÁCIO RIO BRANCO, PALÁCIO DAS BANDEIRAS, PALÁCIO DOS ARCOS OU PALÁCIO ITAMARATY?

O debate sobre o nome do palácio também ocorreu no jornal *Correio Braziliense*. No lançamento da pedra inaugural, em 1960, segundo Manuel Mendes, o nome do palácio seria “Itamarati”, pois é o “nome que evoca a tradição que enobrece e enobreceu a diplomacia brasileira”.²⁸ Já em 1966, com as obras em andamento, esse jornalista, em sua coluna O Correio Diplomático aponta que “O ministro Wladimir Murinho, Presidente da Comissão de Transferência do Ministério das Relações Exteriores é o grande batalhador dessa obra monumental, pensou em três possíveis nomes: Palácio Rio Branco, Palácio das Bandeiras ou Palácio dos Arcos”.²⁹ O primeiro nome, evidentemente, é uma homenagem ao patrono da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como Rio Branco. O segundo, homenageia a interiorização do país pela construção da nova capital, e o último, é uma referência ao desenho das colunatas do edifício.

Em 21 de abril de 1966, aniversário de Brasília, Yvonne Jean, em sua coluna Esquina de Brasília, discute os nomes do palácio. Para ela, Palácio Itamaraty faz sentido no Rio de Janeiro, pelo processo de ocupação do edifício, primeiro habitado pelos Barões de Itamaraty, na antiga Rua Larga, hoje avenida Marechal Floriano: “Porque ‘Itamarati’, no Rio, evoca e deve continuar a evocar um mundo, mas ‘Itamarati de Brasília’ nada evoca. Nenhuma relação com esta cidade com os barões de Itamaraty”.³⁰ Katucha, em 26 de abril de 1966, em Sociais de Brasília diz que “O Palácio dos Arcos ou Palácio das Colunatas ou Palácio do Itamarati, não importa o nome, já é uma realidade insofismável”.³¹ Yvonne Jean, em abril de 1970,³² aponta “a corriqueira expressão” Palácio dos Arcos, usada com apreço pela população, e que o nome Palácio Itamaraty não era desejado pelos habitantes por não ter caído nas graças do público.

Como nesta pesquisa, foram encontradas 762 ocorrências para “Palácio Itamarati”, 241 para “Palácio dos Arcos” e 218 para “Palácio Itamaraty”, entendeu-se que a maior presença do termo “Itamarati” se deve ao fato de que a antiga sede do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, era grafada com “I” e assim continuou por força do hábito. A nomenclatura Palácio dos Arcos, que faz clara alusão às arcadas do prédio, começou a circular durante as obras e era reconhecida tanto por moradores quanto pelos profissionais que trabalhavam no projeto. Mas, pelo decreto nº 60.502, de 14 de março de 1967, o prédio do Ministério das Relações Exteriores é oficialmente denominado Palácio Itamaraty por norma consuetudinária e, aos poucos, a grafia com “Y” foi se tornando a forma mais comum para se referir ao Palácio.

Mesmo assim, a discussão continuou e, em 12 de abril de 1967, o Sr. Senador Vasconcelos Torres apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, em que solicita “ao edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de ‘Palácio dos Arcos’, pois “Não nos convenceram, as razões invocadas pelo ex-presidente Castelo Branco, para baixar o Decreto nº 60.502” uma vez que “Consagrado já estava, no entanto, o nome que, espontaneamente, surgiu face à própria concepção arquitetônica da majestosa edificação que irá abrigar a direção geral dos serviços diplomáticos brasileiros.” Justificando que deste modo deveriam continuar com o mesmo nome: “o Palácio do Planalto como Palácio do Catete, o Palácio da Alvorada como Palácio da Guanabara, e os edifícios que abrigam o Congresso deveriam, vitoriosa a tese do ex-Presidente, denominar-se, respectivamente, Palácio Monroe e Palácio Tiradentes.” O projeto de Lei foi negado, com a justificativa que “o nome Itamaraty ultrapassou as fronteiras terrestres do nosso país para representar, entre todos os povos do mundo, a nossa própria Chancelaria.”

Deste modo, o nome Palácio Itamaraty faz um dos elos entre o edifício no Rio de Janeiro e o de Brasília.³³ A manutenção do nome do edifício foi responsável pela ideia de continuidade institucional, como bem justificou o Embaixador Wladimir Murtinho, em 1964:

O ministro Wladimir Murtinho, diplomaticamente, mandou fazer outra placa, do mesmo formato, igualzinha à anterior, com o nome Ministério das Relações Exteriores. E explica que 'não é o edifício do Palácio do Itamarati que vem para Brasília, mas sim o Ministério.³⁴

A falta de desejo pela mudança de sede do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro para Brasília vai ao encontro do que era declarado

33. Outros elos entre os dois palácios são o desenho da planta dos edifícios e as colunatas.

34. Cunha (1964, p. 3).

35. Amado (2013, p. 126).

36. Mudança... (1962, p. 1).

por muitos diplomatas, que não desejavam sair do Rio de Janeiro. Como nas palavras do Embaixador André Amado em seu livro sobre os diplomatas brasileiros, *Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata*:

Vivíamos todos no Rio de Janeiro, e o mero boato da mudança para o Planalto Central regelava-nos. Ao Embaixador Vladimir do Amaral Murtinho foi conferida a tarefa de montar e decorar o novo Itamaraty. Muitos acreditam que Murtinho foi escolhido por ser, sem dúvida, pessoa da mais notória sofisticação artística, mas também pela torcida de muitos de que suas imensas virtudes lhe tivessem subtraído o perfil executivo que se reclamava para o difícil encargo de coordenar a mudança para Brasília, com o que o Itamaraty jamais sairia do Rio de Janeiro e lá seguiria glorioso.³⁵

Assim, a nomenclatura Palácio Itamaraty, igual à do palácio no Rio de Janeiro, foi responsável pela ideia de que a instituição e a sua tradição iriam continuar em outro local, de modo que não haveria uma ruptura institucional a partir da mudança espacial da sede do Ministério das Relações Exteriores.

O ato de nomear é um modo de caracterizar algo, o que implica a exclusão de certos interesses e construção de outros. A disputa pelo nome do palácio apresentada pelo jornal torna visível certos projetos desejados pela transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores. Palácio dos Arcos e Palácio Itamaraty são as duas denominações que mais ecoaram durante a construção, e ainda é comum o uso dos dois nomes para designar o palácio. Cada termo remete a um conjunto de ideias associadas ao edifício. Arcos reforça a plasticidade, aponta para as características formais que marcam a materialidade do palácio e, ao mesmo tempo, é um elemento que dialoga com o conceito de belo. É também uma forma de dissociar o novo palácio em Brasília da antiga sede no Rio de Janeiro, criando, desse modo, uma identidade brasiliense que não é a mesma da carioca. Já Palácio Itamaraty remete à manutenção política do Ministério das Relações Exteriores.

O PALÁCIO E A CONSOLIDAÇÃO DE BRASÍLIA

Em 1962, a construção da sede do Ministério começa a ser apresentada no *Correio Braziliense* como importante para a consolidação da capital, a partir da transferência de servidores. Manchetes como “Mudança do Itamaraty está sendo ultimada” aparecem nas páginas do jornal.³⁶ Em “Obrigado, presidente, pelo

Palácio do Itamarati”, de 1964, o jornalista Manuel Mendes aponta que “iniciada em fins de 1963, a obra do conjunto do Itamarati tinha tido altos e baixos. Primeiro foi aquele tapume branco e aquela betoneira solitária, como que esquecida, meses seguidos, imóvel e inútil, que o colunista Ari Cunha logo apelidou de ‘o cisne’ numa alusão aos cisnes do velho palácio rio branco”.³⁷

Enquanto isso, discussões internas ocorreram sobre a decisão de transferência de sede. Uma justificativa contrária à transferência, apresentada por alguns diplomatas, era a ausência de moradia. Em 1964, o *Correio* noticiava manchetes como “Será assinado amanhã convênio para construção da quadra de apartamentos do Itamarati em Brasília: transferência”.³⁸ Por outro lado, as notícias também apresentavam a importância do palácio para Brasília, com manchetes dizendo “A importância do Itamarati”³⁹ e “Vasco diz que Palácio dos Arcos dará maior projeção a Brasília”.⁴⁰

Foi apenas com a nomeação de Wladimir Murtinho como Chefe da Comissão de Transferência, em 1964, que a obra de fato ganhou fôlego e sua divulgação no jornal ficou mais constante. De 1964 até 1970, data da transferência oficial e período marcado pelo regime militar, as manchetes apresentavam a velocidade da obra: “Presidente manda acelerar o andamento das obras no DF”⁴¹ ou “O Palácio dos Arcos pronto em janeiro [1965]”,⁴² e até mesmo “Palácio do Itamarati deverá estar funcionando em Brasília até 1965”.⁴³

Tais manchetes prolongaram-se até 1970, data da inauguração oficial. Em 26 de maio de 1966, o editorial “Capital” diz que:

A conclusão do futuro edifício do Ministério das Relações Exteriores e a transferência do corpo diplomático, que ainda se deixa ficar na Guanabara, são de transcendental importância para a definitiva implantação da Capital no Planalto. A fixação das representações estrangeiras nesta terra é muito importante e será mais um passo, um dos mais decisivos, para a irreversibilidade de Brasília e, também, a comprovação da sua viabilidade como Capital.⁴⁴

Tanto no editorial quanto no trecho “falou ainda que o palácio é excepcionalmente grande e bem proporcionado, como o é o Brasil”,⁴⁵ pode-se observar a construção de um discurso que coloca o palácio como suntuoso, grandioso, e o elemento consolidador da cidade de Brasília, sendo urgente seu término. As matérias apontam que o regime, possivelmente, via no edifício do Itamaraty uma vitrine da materialidade da cultura brasileira, bem como o cartão de visitas do país ao estrangeiro. Em outras palavras, era um meio de disseminar um

37. Mendes (1967, p. 4).

38. Será... (1964, p. 6).

39. A importância... (1966, p. 4).

40. Vasco diz... (1965, p. 1).

41. Presidente... (1964, p. 8).

42. O palácio... (1966, p. 1).

43. Palácio... (1964, p. 8).

44. Capital... (1966, p. 4).

45. Vasco... (1965, p. 1).

imaginário de “nação”, meio pelo qual o governo buscava se legitimar politicamente, passando uma imagem de coesão interna e externa.

O jornal *Correio Braziliense* apresentou um discurso constante e coeso, em que o Palácio Itamaraty era tido como catalisador da consolidação de Brasília, seja pela transferência de servidores, seja pela construção de embaixadas. Ambas mobilizariam o setor da construção civil, gerando mais empregos e mais habitantes para a capital, sem contar que Brasília se tornaria o centro de visitas políticas estrangeiras, como foi dito:

E é importante notar que a construção do Palácio dos Arcos, como a das representações estrangeiras constituem fator decisivo para a consolidação da sede legítima do país. Algumas embaixadas – convém frisar – confiantes na política de integração do governo revolucionário já trata de edificar as sedes próprias.⁴⁶

Note-se a incerteza em que vivia Brasília como sede política. Era a capital, mas com nítida instabilidade de enraizamento. A construção da sede do Ministério das Relações Exteriores gerou discursos que evidenciaram os benefícios que o edifício levaria à capital.

A CONFIGURAÇÃO INTERNA DO PALÁCIO ITAMARATY

Como se buscou mostrar, a construção do Palácio Itamaraty estava associada a diversos fatores, dentre eles a consolidação de Brasília como sede política. Se tais conjunturas foram complexas e com constantes disputas, não menos complexa foi a seleção das obras de seu interior. O *Correio Braziliense* noticiou eventos da construção desde quando só havia tapumes e estava na fase de elaboração do projeto arquitetônico, mas também contou fatos sobre as etapas da construção, seleção de obras de arte e decoração, descrevendo, assim, a espacialidade interna do palácio.

Já em 1964, pode-se ver como o partido arquitetônico já estava definido tal como conhecemos, em “Palácio do Itamarati deverá estar funcionando em Brasília até 1965”:

O bloco representativo terá quatro andares, com subsolo. O andar térreo com três entradas, sendo uma para o público, outra para Ministros de Estado e a última para congressos especiais. Terá ainda mais a Sala de Imprensa, portaria e salas de estar. No subsolo será o plenário para os congressistas ou outra qualquer atividade diplomática e também as dependências de apoio, como secretaria, salas de reuniões, etc. No primeiro andar estará o salão de honra onde serão recebidos os visitantes, o gabinete do Ministro o cerimonial e o grande hall. Finalmente, no terraço será o salão de baile, banquetes, jardins suspensos e parte da cozinha com todos os acessórios. Do segundo andar do representativo, sairão duas pontes suspensas que ligarão ao segundo andar do pavilhão administrativo, facilitando assim as intercomunicações.⁴⁷

47. Palácio..., op. cit., p. 8).

48. Almeida (1969, p. 13).

49. *Id.*, 1967, p. 9.

Outras matérias descrevem os espaços palacianos, citando as obras de arte que estavam por lá. Curioso perceber que muito do espaço interno que hoje conhecemos do palácio, não foi deixado deste modo à época da inauguração. Com os anos de uso, novas obras foram incorporadas, alterando a composição do espaço interno. As aquisições ocorreram de diversas formas: doações, compras e oriundas da antiga sede carioca. Também obras foram executadas por encomenda e especialmente para o edifício. O térreo e o mezanino não sofreram muitas modificações, como se pode observar em "O que ver no Itamarati:", de Dilio de Almeida, em 19 de abril de 1969:

Em sua frente, no plano térreo, começa o deslumbramento: ausência de pilastra de sustentação. À sua direita os elementos geométricos de Atos Bulcão à esquerda, a escada estilo helicoidal, que funciona como âncora de laje projetada por Milton Ramos. Em sua frente, o imenso jardim amazônico de Burlie Marx, com plantas tropicais de rara beleza. Você pára, olha, bate fotos e respira fundo. Sobe a escada. Sua vista volta-se para a treliça de Atos Bulcão, executada por artistas brasileiros [...]⁴⁸

Isso não se pode dizer dos demais lugares cerimoniais do palácio, como as salas dos ministros e salões de banquetes. Em 7 de junho de 1967, em "Itamarati, o mais fabuloso palácio moderno do mundo", Dilio de Almeida, aponta que:

O imenso salão ladeado por dois corredores, onde estão as salas: Ministro de Estado, Chefe de Gabinete, Introdutor Diplomático e Salão dos Embaixadores. Abre a primeira porta e vê: *Grito do Ipiranga*, original de Pedro Américo, colocado atrás da mesa de trabalho do senhor Ministro. Em sua frente, uma tapeçaria de 1782. A sala está decorada com móveis do século XVIII e XVII. Um quadro de Guedes Pinto, primeiro enviado do Brasil junto a Santa Sé (Luzitano de 1832) chama bem a atenção. Na sala do Chefe de Gabinete, que fica paralela, encontra-se um quadro de rara beleza de Milton Dacosta, para em seguida encontrar-se Maria Leoncina, cujo trabalho lhe valeu prêmio Guggenheim. Na última porta, o Salão dos Embaixadores, decorado em estilo clássico com alguns toques de modernismo. Aí estão os retratos de Hipólito José da Costa, D João VI, Pedro II e o quadro do reconhecimento da Independência do Brasil.⁴⁹

50. A versão final encontra-se no Museu Paulista.

Como se pode ver (Figura 1), a obra de Pedro Américo, *Grito do Ipiranga*, encontra-se na atual Sala D. Pedro I, não mais no Gabinete do Ministro e, como se sabe, é um estudo.⁵⁰ Isso também ocorre com o quadro do reconhecimento da Independência do Brasil (*Coroação de D. Pedro I*, de Jean-Baptiste Debret) que atualmente também está na sala D. Pedro I (Figura 2).



Figura 1 – Sala D. Pedro I: *Grito do Ipiranga*, Pedro Américo. Fotografia da autora (2019).



Figura 2 – Sala D. Pedro I: *Coroação de D. Pedro I*, de Jean-Baptiste Debret, e lustre Revoada de pássaros, de Pedro Corrêa de Araújo. Fotografia da autora (2019).

Em outro texto, Dilio de Almeida ainda escreve sobre os espaços internos dos salões:

Você entra no imenso salão de festas. A escultura de Maria Martins, “A mulher e a sua sombra”, postada ao lado do espelho negro, lhe interessa. Você admira o bellissimo arcaz de Paracatu, comprado pelo Ministro Osvaldo Aranha, em 1942, do século XVIII e doado ao Itamarati pela Embaixada do Brasil em Washington. Os móveis em estilo clássico e moderno completam a decoração com quadros de Milton Costa. A cara de mulher e o pássaro de fogo. Há um jardim imenso no centro, onde foram estudadas posições de vento e chuva. o teto é solar. Por trás do jardim das duas irmãs de Ceschiatti – fundição Zanir do Rio de Janeiro. O salão de banquetes com cento e cinquenta cadeiras de desenho Dinamarquês, execução feita por artífices brasileiros. Na parede a tapeçaria de Burle Marx executada por Douchez e Nicola.⁵¹

A Sala Brasília continua com a tapeçaria executada pelo Atelier Douchez-Nicola, com desenho de Burle Marx. No entanto, isso não pode ser dito sobre as cadeiras e as mesas desenhadas por Joaquim Tenreiro (Figura 3).



Figura 3 – Sala Brasília: Vegetação do Planalto Central, tapeçaria de Burle Marx. Fotografia da autora (2019).

52. O jornal nasce junto com a própria capital. A não consolidação da nova capital implicava no fracasso do periódico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1960 e 1970, o Palácio Itamaraty foi valorizado pelo jornal *Correio Braziliense*.⁵² O periódico apresentou a importância da construção do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, exaltando-o sempre como o mais belo palácio da capital.

A transferência de sede do ministério foi colocada como essencial, pois resultaria na consolidação de Brasília por meio do grande fluxo de pessoas e de capital, com embaixadas, moradias e visitas políticas. Isto é, foi criado um discurso que a mudança de sede traria uma série de benefícios, sobretudo econômicos e políticos. Assim, a transferência do Ministério das Relações Exteriores levaria ao término a transferência política da nova capital, e conseqüentemente à sua consolidação. Mesmo assim, esse processo não ocorreu sem confrontos de interesses, como foi visto pela análise sobre a nomenclatura do palácio, por exemplo.

O *Correio Braziliense* também descreveu os ambientes internos do palácio em diversas matérias, e comparando a espacialidade interna descrita pelo jornal com aquela observada atualmente, é possível verificar a alteração de lugar de algumas peças do palácio. A observação dessa mudança é fundamental para a compreensão de sua espacialidade, já que o caminhar pelo palácio faz parte do programa do edifício. Com isso, não se pode descartar as temporalidades nos espaços criados originalmente.

A partir da relação entre o texto e o projeto arquitetônico foi possível perceber como é construído um discurso sobre determinada obra. Neste caso, o Palácio Itamaraty é visto como uma obra *sui generis*. Além disso, a leitura do jornal *Correio Braziliense* apresentou as complexidades que envolveram a construção do “mais belo palácio de Brasília”, como a seleção das obras de arte e de mobiliário, bem como a alteração dos seus respectivos lugares, as disputas internas sobre a transferência e a incerteza que Brasília vivia como sede política do Brasil até os anos 1970. A narrativa difundida pelo periódico, que qualifica o Palácio como importante e belo, permanece legado como memória social, e é reproduzida tanto por profissionais da área da arquitetura quanto pelo público em geral.

Assim, a pesquisa em periódicos auxilia na compreensão das narrativas difundidas sobre a arquitetura. Em sua forma mais primária, é possível levantar dados sobre a construção dos espaços e a localização de bens móveis, fator no qual se observam modificações ao longo do tempo. Nesse sentido, a pesquisa permite a visualização de espaços que já foram alterados, o que para determinadas

finalidades é essencial, como em uma análise sobre a identidade brasileira construída no Palácio Itamaraty. No âmbito dos discursos e dos interesses políticos, a pesquisa com esse corpo documental apresenta que a construção do Palácio esteve ligada a uma conjuntura política e social complexa, permeada de disputas, o que coloca a arquitetura em um debate sobre os interesses políticos.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

A IMPORTÂNCIA do Itamarati. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 4, 10 mar. 1966.

ALMEIDA, Duílio de. Itamarati, o mais fabuloso palácio moderno do mundo. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 7 jun. 1967.

ALMEIDA, Duílio de. O que ver no Itamarati. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 13, 19 abr. 1969. Caderno 2.

BRASÍLIA: transferência. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 6, 2 jul. 1964.

CAPITAL. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 4, 26 maio 1966.

CARVALHO, P.R. Tripé. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 2, 11 dez. 1969. Caderno de Turismo.

CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 3, 17 jun. 1964.

INICIADO o estaqueamento do Palácio do Itamaraty: Tchecoslováquia providencia a construção da sede da sua embaixada. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 17 ago. 1963. Caderno 1.

ITAMARATI: uma decisão. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 4, 30 jan. 1966.

JEAN, Yvonne. Palácio dos Arcos ou Itamarati de Brasília? *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 2, 21 abr. 1966. Esquina de Brasília.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 2, 5 abr. 1970.

KATUCHA. Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 26 abr. 1966.

MENDES, Manuel. Nome Itamarati é símbolo para a nossa diplomacia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 1, 13 set. 1960.

MENDES, Manuel. Correio Diplomático: nome para o prédio do MRE em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 9 jan. 1966.

MENDES, Manuel. Obrigado, presidente, pelo Palácio do Itamarati. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 4, 14 mar. 1967.

MUDANÇA do Itamarati está sendo ultimada. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 1, 6 fev. 1962.

O PALÁCIO dos Arcos pronto em janeiro. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 1, 20 jan. 1966.

PALÁCIO do Itamarati deverá estar funcionando em Brasília até 1965. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 20 maio 1964.

PRESIDENTE manda acelerar o andamento das obras no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 14 maio 1964.

SERÁ assinado amanhã convênio para construção da quadra de apartamentos do Itamarati em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 6, 02 jul. 1964.

VASCO diz que Palácio dos Arcos dará maior projeção a Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 1, 9 dez. 1965.

VASCONCELOS, Adirson. Brasília e as artes Norte Sul Leste Oeste. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 4 mar. 1967. Caderno 2.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

AMADO, André. *Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata*. Brasília, DF: Funag, 2013.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 5., 1969, Campinas. *Anais* [...]. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-136.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O pensamento liberal de 'O Estado de S. Paulo' (1927-1932)*. 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Pelos caminhos da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MORELLI, Ana. *Correio Braziliense: 40 anos: do pioneirismo à consolidação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 00-00, 2013. DOI: 10.1590/2237-101X014026005.

NIEMEYER, Oscar. *As Curvas do Tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-85)*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70). *Arquitextos*, São Paulo, ano 9, n. 106.02, mar. 2009.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti; RAMOS, Graça; SELIGMAN, Graça. *Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia*. Brasília, DF: Instituto Terceiro Setor, 2017.

SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos. *Móvel Moderno no Brasil*. São Paulo: Olhares, 2015.

SITES

BIROLI, Flávia. *Correio Braziliense. CPDOC-FGV*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bit.ly/3lYdZrD>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Artigo apresentado em: 21/08/2021. Aprovado em: 09/06/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License